



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

000013

## TERMO DE REFERÊNCIA Nº 18/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 17/2026

### 1. OBJETO

1.1. Contratação de inscrições para participação de 02(dois) servidores da Câmara Municipal de Primavera do Leste-MT no curso "Envio das cargas municipais por meio do sistema APLIC TCE/MT: regras e rotinas avançado", a ser realizado nos dias 07 e 08 de maio de 2026, na cidade de Cuiabá-MT.

1.2. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Cód. Sistema	Cód. CATMAT	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	035.001.0 10	282450-7	Inscrição em CURSO DE "ENVIO DE CARGAS MUNICIPAIS POR MEIO DO SISTEMA APLIC TCE/MT, SUAS REGRAS E ROTINA AVANÇADO."	Unid	2	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00

### 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Art. 74, inciso III, "f" da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A importância de "capacitar os participantes a utilizarem eficientemente o sistema APLIC TCE/MT para o envio das cargas municipais, garantindo a correta aplicação das regras e rotinas estabelecidas pela legislação vigente. Ao final do curso, os alunos estarão aptos a: 1. Compreender a importância do sistema APLIC na gestão pública municipal e sua integração com o Tribunal de Contas. 2. Preparar e formatar adequadamente os documentos e dados necessários para o envio das



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

000014

cargas. 3. Realizar o envio das informações pelo APLIC, utilizando as funcionalidades do sistema de forma correta e segura. 4. Identificar e corrigir erros comuns durante o processo de envio e acompanhar o status das cargas enviadas. 5. Aplicar boas práticas de gestão de informações e documentação dentro do contexto do envio de cargas municipais."

## 4. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. O custo total da contratação perfaz a importância de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

## 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL
Und. Orçamentária	01.00.1	ADM. GERAL
Unidade Executora	01.001	ADM. GERAL
Funcional Programática	01.031.0002.2005.	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
Ficha	026	OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Despesa/Fonte	3.3.90.39.00	OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte	1.500	***

## 6. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO

6.1. A justificativa do preço nos processos de inexigibilidade de licitação deve ser realizada com cautela, razoabilidade e proporcionalidade. Não é possível comparar, de forma direta e objetiva, objetos singulares, em relação aos quais não existe possibilidade de estabelecer critérios objetivos para tal comparação. O curso proporcionará atualização e aperfeiçoamento técnico quanto à correta aplicação da Lei nº 14.133/2021, bem como das Instruções Normativas e demais normativos correlatos, que regulamentam a nova sistemática das contratações públicas.

## 7. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O serviço a ser contratado possui natureza de serviço não continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.



**7.2.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

## **8. DA JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE E RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE DO SERVIÇO**

**8.1.** A presente contratação será feita diretamente, por inexigibilidade de licitação, com base no artigo 74, inciso III, alínea f da Lei n.º 14.133.2021, pelos seguintes fundamentos:

**8.1.1.** Trata-se de serviço técnico profissional especializado;

**8.1.2.** Possui profissional de notória especialização;

**8.1.3.** Apresenta serviço a ser prestado de natureza singular.

**8.1.4.** A escolha do prestador do serviço AVANTE - INSTITUTO DE CAPACITACAO E EVOLUCAO HUMANA LTDA, fundamenta-se nas seguintes razões:

- Dominar as funcionalidades avançadas do sistema APLIC, incluindo configurações específicas e recursos de análise de dados.
- Interpretar e aplicar de forma aprofundada as resoluções, instruções normativas e atualizações do TCE-MT relacionadas ao envio de cargas.
- Diagnosticar e solucionar inconsistências complexas e erros críticos no processo de envio das cargas municipais.
- Realizar a integração avançada entre sistemas contábeis municipais e o APLIC, garantindo a integridade e consistência dos dados.
- Elaborar relatórios gerenciais e realizar análises críticas das informações enviadas para tomada de decisão.
- Implementar rotinas de controle de qualidade e auditoria interna para validação prévia das cargas.
- Gerenciar situações atípicas, retificações e procedimentos de regularização junto ao TCE-MT.

## **9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

000016

O curso em tela será ministrado pela Sra. Angela Nascimento da Silva, cuja qualificação está devidamente anexas neste documento.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

A Empresa fornecedora do curso é a AVANTE - INSTITUTO DE CAPACITACAO E EVOLUCAO HUMANA LTDA, inscrito no CNPJ nº 44.448.585/0001-82, com sede na Rua Luiz Figueiredo Filho, 390, Sala Si 65, Novo Mundo - Prolongamento Jd., São José do Rio Preto-SP, CEP 15084-180, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, devidamente habilitada, nas esferas FISCAL, TRABALHISTA E TÉCNICA, conforme documentos comprobatórios anexos.

## **11. EXECUÇÃO DO OBJETO**

**11.1.** A execução do objeto ocorrerá mediante a participação presencial do indicado "Envio das cargas municipais por meio do sistema APLIC TCE/MT: regras e rotinas avançado", conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**11.2.** O curso será ministrado de forma presencial, em local previamente definido e informado pela empresa contratada, com estrutura adequada para a realização das atividades previstas, garantindo ambiente apropriado para o aprendizado e troca de experiências.

**11.3.** A execução deverá observar o cronograma previamente acordado, que indicará as datas, horários, conteúdo programático, metodologia aplicada e identificação dos instrutores responsáveis, sendo qualquer alteração previamente comunicada e justificada à Administração.

**11.4.** Compete à contratada zelar pela boa condução do curso, assegurando a qualidade técnica e pedagógica do conteúdo, bem como a adequação dos profissionais que atuarão como instrutores, os quais deverão ter notória especialização e experiência comprovada na temática abordada.

**11.5.** Eventuais ocorrências que comprometam a execução do objeto deverão ser imediatamente comunicadas à Câmara Municipal, para que sejam adotadas as providências necessárias à regularização.



## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 12.1.** Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa prestar os serviços dentro das especificações recomendadas;
- 12.2.** Efetuar o pagamento, da nota fiscal correspondente, no prazo estipulado, após devidamente atestadas pelo setor competente;
- 12.3.** A CONTRATANTE deverá, a seu critério, e através de Servidor previamente designado, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução da contratação;
- 12.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o contrato;
- 12.5.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;
- 12.6.** Prover o local e equipamentos para a realização e bom desempenho do treinamento;
- 12.7.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 13.1.** Cumprir os prazos e acordos previstos neste Termo de Referência.
  - 13.1.1.** Prestar todos os serviços constantes do objeto deste termo;
- 13.2.** A contratada deverá responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços previstos neste termo de referência;
- 13.3.** Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, os serviços, objeto deste Termo de Referência, sem prévia anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas;
- 13.4.** Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- 13.5.** Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE, sobre qualquer



anormalidade que possa afetar a execução do objeto contratado, responsabilizando-se por eventual paralisação dos serviços por parte de sua equipe técnica, sendo de sua responsabilidade a continuidade dos serviços sem quaisquer ônus à CONTRATANTE;

**13.6.** Conduzir seus trabalhos de maneira a não interferir, provocar atrasos ou qualquer limitação nos trabalhos da CONTRATANTE;

**13.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, através de servidores designados pelo Contratante;

#### **14. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela Contratada, esta estará sujeita às sanções previstas nos artigos 155 e 156, ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame



ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;  
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;  
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;  
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;  
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Referência.

## **16. DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**16.1.** A gestão e o acompanhamento administrativo da contratação serão de responsabilidade da Contratante, por meio de servidor designado, que verificará o cumprimento dos termos contratuais pela Contratada.

**16.2.** A fiscalização técnica será realizada sem poder de mando ou controle sobre os empregados da Contratada, cabendo ao fiscal registrar ocorrências e comunicar as providências necessárias à regularização, as quais deverão ser atendidas imediatamente, salvo força maior.

**16.3.** O fiscal verificará a conformidade dos serviços e alocação de recursos, promovendo o registro das ocorrências e adotando as providências para o cumprimento do contrato, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

000020

## **17. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

17.1. Não se aplica a este objeto.

## **18. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

18.1. A presente contratação será formalizada por meio de instrumentos hábeis, tais como Nota de Empenho e/ou Ordem de Execução dos Serviços, conforme disciplina o art. 95 da Lei nº 14.133/2021

18.2. Justifica-se essa forma de formalização por se tratar de prestação de serviço de capacitação, de valor global reduzido, execução imediata e sem geração de obrigações futuras ou de caráter continuado, medida que garante eficiência, economicidade e segurança jurídica à Administração.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

19.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

Primavera do Leste - MT, 23 de abril de 2026.

Elaborado por:

Brenda Martins Grubert

Coordenadora de Licitações e contratos

Port. 289/2025